

Fichamento do livro *O que é o Poder Local?*

Lissandra dos Reis Pimenta Pietro*

lissandrarp@bol.com.br

Jacqueline de Assis Cunha*

jacquelinemccreis@gmail.com

Carolyne Ferreira Machado*

carolyneflima@hotmail.com

Celso Domingos da Silva**

cdsilva@ufrj.br

*Centro Universitário Augusto Motta

** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Introdução

São dois os objetivos deste fichamento: o primeiro é organizar e concentrar as principais ideias da obra fichada do livro "O que é o poder Local" de Ladislau Dowbor (2016); o segundo, ser fonte de consulta para elaboração de projetos, dissertações e artigos do Mestrado ou Doutorado em Desenvolvimento Local ou outra área afim.

O livro "O que é o Poder Local?" traz um pensamento crítico, aponta exemplos e dá soluções PARA QUE PROBLEMA?. O autor inicia com exemplos de lugares em que a iniciativa já deu certo QUE INICIATIVA? e qual é o ponto de partida para essa mudança de paradigma, o nosso entorno e a nossa casa, onde a pessoa que habita o espaço também intervém nele politicamente. Não se referindo ao indivíduo passivo, que tem uma relação de adaptação ao que lhe foi dado, mas do indivíduo ativo, que se empenha na modificação do meio que o cerca.

Neste contexto, o autor dá exemplos de como isso pode ocorrer, como a lição estrangeira, de um conjunto habitacional situado em Grenoble, na França, organizado pelos seus próprios habitantes. O exemplo segue como ponto de partida para a conceituação de poder local, desenvolvida ao longo do capítulo primeiro.

Segundo Dowbor (2016, p.13), "este pequeno livro vem trazer para o cidadão, para a organização comunitária, para o prefeito, para o vereador, uma série de ideias sobre como criar num município uma capacidade de autotransformação econômica e social. É o que aqui chamamos, de forma ampla de "poder local". É assim que o autor relaciona os dez capítulos do livro, cobrindo assuntos de extrema relevância para entender a proposta formulada por ele.

Para o autor, o poder local corresponde a um espaço igualmente local, nosso reduto – o município, o bairro, o quarteirão. É nesse o espaço que o cidadão exerce sua cidadania. Ele cita que, dificilmente, um governo central ou uma grande corporação conseguirão satisfazer às necessidades particulares de uma comunidade.

No segundo capítulo, o autor apresenta um cenário constituído pelos desequilíbrios, em escalas mundial e nacional, herdados pela geração presente. Já nos capítulos da "Urbanização e gestão descentralizada" e da "A democracia local", o autor demonstra, com fundamentos históricos e exemplos, a viabilidade e a

necessidade de desenvolvimento do poder local para a efetivação de uma democracia que leve ao bem-estar social. E no capítulo sétimo, “Buscando novos caminhos e propostas”, Dowbor relaciona alguns projetos brasileiros de iniciativas do poder local bastante interessantes.

Neste raciocínio, seguem os capítulos uma lógica do autor nas relevâncias pertinentes a proposta até o capítulo décimo. “Organizar a participação”, onde o autor configura a importância da presença do cidadão nos processos decisórios executados no espaço local. Embora Dowbor pontue que não há um modelo para a organização da ação comunitária, o autor relaciona diretrizes que possibilitem a participação.

De acordo com Dowbor (2016, p.13-14), “[...]o espaço local”, o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas “tecnologias urbanas”. Logo, o poder local deve ser considerado como uma ferramenta que possibilite o debate de propostas relativas às questões que envolvam o espaço local e aos indivíduos que nele convivem, incluindo o processo político que se configura no âmbito do município.

São dois os objetivos deste fichamento: o primeiro é organizar e concentrar as principais ideias da obra fichada do livro “O que é o poder Local” de Ladislau Dowbor (2016); o segundo, ser fonte de consulta para elaboração de projetos, dissertações e artigos do Mestrado ou Doutorado em Desenvolvimento Local ou outra área afim.

Capítulo 1 - O que é poder local?

“Quem visita um conjunto habitacional em Grenoble, na França, descobre o funcionamento de um espaço organizado pelos seus habitantes, que quiseram otimizar as suas condições de vida, e não por uma empreiteira que iria maximizar os lucros sobre o terreno e a construção. Os diversos prédios do conjunto são interligados em diversos andares, que permitem fácil comunicação interna” (p. 9).

“O que queremos sugerir é que, quando uma comunidade de famílias decide organizar as suas condições de vida de forma humana, isto é possível.” (p. 9 - 10).

“A moradia é muito mais do que a casa ou apartamento: é também a organização racional do entorno.” (p.10).

“A realidade é que somos condicionados, desde nossa infância, a acreditar que as formas de organização do nosso cotidiano pertencem naturalmente a uma misteriosa esfera superior, o “Estado”, ou aos poderosos interesses da especulação imobiliária e das empreiteiras”. (p. 10).

“O problema central, portanto, é o da recuperação do controle do cidadão, no seu bairro, na sua comunidade, sobre as formas do seu desenvolvimento, sobre a criação das coisas concretas que levam a que a nossa vida seja agradável ou não” (p. 11).

“[...] surge, com grande força, nas últimas décadas, uma tendência das pessoas se organizarem para tomar em mãos, senão os destinos da nação, pelo menos o destino do espaço que as cerca” (p. 13).

“Este “espaço local”, no Brasil, é o município, unidade básica de organização social, mas é também o bairro, o quarteirão em que vivemos. E como é que se procede a essa racionalização do nosso espaço de vida? Como é que o cidadão recupera essa dimensão da sua cidadania?” (p. 13).

“A questão do poder local está rapidamente emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade” (p. 13).

“[...] espaço local”, o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas “tecnologias urbanas”. (p.13-14).

“No caso dos países em desenvolvimento, a questão se reveste de particular importância na medida em que o reforço do poder local permite, ainda que não assegure, criar equilíbrios mais democráticos frente ao poder absurdamente centralizado nas mãos das grandes oligarquias nacionais e transnacionais. O poder local não é condição suficiente para mudar o mundo, sem dúvida, mas é sim condição necessária: à democracia começa por casa.” (p.14).

Capítulo 2 - Os desequilíbrios herdados

“Os países capitalistas desenvolvidos têm a riqueza que sabemos, e os próprios países do Leste europeu, hoje em plena transformação, possuem amplas infraestruturas econômicas e sociais, além de um nível muito elevado da cultura técnica, que lhes devem permitir uma nova dinâmica neste novo milênio. Mas o que ocorre com o mundo subdesenvolvido, o Terceiro Mundo ao qual pertencemos?” (p. 15).

“O grande problema que enfrentamos, neste início de século, é o problema da desigualdade.” (p. 16).

“Uma análise fria deste mundo subdesenvolvido revela cerca de 1 bilhão de pessoas vivendo em estado de miséria, abaixo de 1,25 dólar por dia. Cerca de 800 milhões vivem em estado de subnutrição” (p. 16).

“A metade da população dos países em desenvolvimento não tem acesso ao saneamento básico, o que gera sobrecustos absurdos em termos de saúde” (p. 16).

“As raízes desta situação catastrófica são mais políticas do que econômicas. O mundo produz atualmente perto de 10 mil dólares de bens e serviços por pessoa e por ano, o que significa que, com uma repartição um pouco mais justa, poder-se-ia assegurar uma vida digna e normal para toda a população do planeta, sem miséria, sem fome, e sem as manifestações de violência que resultam da opressão” (p. 17).

“São os dois imensos dilemas que enfrentamos, da desigualdade e da destruição ambiental” (p. 18).

“O nosso problema central não está na falta de recursos, e sim no processo decisório absurdo que preside à sua utilização” (p. 18-19).

“Faz parte da nossa cultura achar que alguém “em cima” vai resolver os nossos problemas.” (p. 19)

“A ideia que aqui desenvolvemos é simples: quando as decisões se tomam muito longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas necessidades.” (p. 20)

“O problema do poder local que aqui estudamos envolve, portanto, a questão básica de como a sociedade decide o seu destino, constrói a sua transformação, e, para dizê-lo de forma resumida, se democratiza.” (p. 20)

Capítulo 3 - Os paradigmas perdidos

“Na realidade, quando vemos as estatísticas do capítulo anterior sobre o drama social e econômico que se avoluma nos países em desenvolvimento, e hoje nos próprios países ricos, torna-se evidente que o modelo neoliberal enfrenta hoje enormes problemas e oferece poucas soluções.” (p. 21)

“Por outro lado, esquecemos frequentemente a que ponto os próprios países capitalistas estão hoje distantes da proposta liberal. Os liberais nos dizem – “é a culpa do Estado”. E propõem-nos a solução mágica, reduzir o Estado, privatizar.” (p. 21- 22)

“[...] quanto mais pobre o país, mais fraca é a base financeira pública: nos países de renda baixa, a parte do PIB que cabe ao governo central é de 17,7%, elevando-se numa progressão regular à medida em que chegamos aos países de alta renda.” (p.22)

“Assim, a Suécia tem um funcionário público para cada 7 habitantes, enquanto o Brasil tem um para cada 50.” (p.23)

“A conclusão é evidente: não se trata entre nós de um problema de dimensão do Estado, argumento que repousa em má informação ou má fé.” (p. 23)

“[...] de propostas de se “privatizar” e “enxugar” o Estado, quando o que devemos enfrentar é o problema de como o Estado se organiza, quem o controla, e, sobretudo, a quem serve.” (p.23)

“Esses processos participativos que constroem gradualmente uma âncora de bom senso no conjunto dos processos políticos, a partir da base da sociedade, estão no centro do que aqui chamamos de poder local. Democracia que se resume ao voto é ficção.” (p. 24)

Capítulo 4 - Urbanização e gestão descentralizada

“Com a passagem do milênio, o mundo passou a ter metade da sua população nas cidades. Em 1975, o mundo tinha 37,2% de população urbana, e 48,3 em 2003, e da ordem de 55% em 2016.” (p.25)

“No Brasil, enquanto nos anos 1950 éramos predominantemente um país rural, em 2016 a população urbana atinge 85%. O país se tornou urbano.” (p. 25).

“Temos uma tendência natural para subestimar a importância dos processos graduais, e pouco espetaculares. Assim, como os processos demográficos são muito lentos, às vezes nos escapam as mudanças qualitativas profundas que implicam para a sociedade.” (p. 26)

“[...] a criação das infraestruturas locais, a preservação do meio ambiente, a política cultural e tantas outras, podem ser resolvidas localmente, e não necessitam de intervenção de instâncias centrais de governo, que tende a burocratizar o processo e manter o divórcio relativamente ao que é realmente importante para a população local.” (p.26)

“O Estado centralizado que temos constitui, portanto, uma sobrevivência de outra época, quando no nível local não existia a capacidade de ação organizada. A realidade mudou.” (p.27)

“De certa forma, estamos manejando uma máquina administrativa centralizada, típica do século passado, para um conjunto de desafios que exigem soluções de gestão participativa e descentralizada. Não há como um ministério saber quais são as necessidades e prioridades diferenciadas em 5.570 municípios de um imenso país.” (p.27)

Capítulo 5 - A democracia local

“Estamos acostumados a que a intervenção do cidadão sobre a transformação social se dê através de dois eixos fundamentais: o eixo político-partidário e, em menor escala, o eixo sindical-trabalhista.” (p.29)

“Penetrou muito pouco ainda na nossa consciência a importância de um terceiro eixo que surge com força, que tem como instrumento a organização comunitária ou organização social de forma geral, e como espaço de ação o bairro, o município, o chamado “espaço local”, o espaço de moradia.” (p.29)

“Cidades que conseguiram excelência de qualidade de vida, desde Barcelona a Vancouver ou Amsterdã, todas geraram processos decisórios com ampla autonomia local e sistemas participativos sofisticados. Os exemplos se encontram por toda parte, numa verdadeira explosão de organizações que se caracterizam pela gestão participativa do espaço local.” (p.30)

“Inspirado no exemplo de “Bogotá Como Vamos”, essa experiência consiste na reapropriação das políticas pela comunidade. Ao gerar transparência na política local (democratização das informações), e ao

democratizar os processos decisórios (participação da sociedade civil, descentralização em nível de subprefeituras), o movimento está introduzindo uma outra forma de gestão. "(p.30-31)

"O ceticismo quanto à importância estratégica dos mecanismos participativos no nível local ainda é grande." (p.32)

"Essa visão está evoluindo gradualmente para a compreensão de que as comunidades estão simplesmente aprendendo a participar da organização do seu espaço de vida, e de que o processo está mudando profundamente a forma como nos organizamos como sociedade, na medida em que assegura a transição de uma democracia representativa, exercida a cada quatro anos na boca da urna, para uma democracia participativa e permanente." (p.32)

Capítulo 6 - Vantagens e desvantagens

"A descentralização que o poder local permite tem igualmente uma dimensão administrativa extremamente concreta, a dimensão da simples racionalidade no uso dos recursos disponíveis, e na economia dos nossos esforços." (p.35)

"A necessidade de descentralizar e de democratizar a nossa sociedade resulta dos problemas que temos de enfrentar. Se o objetivo principal fosse — como o foram uns tempos atrás — maximizar a produção de automóveis e criar aparências externas de país desenvolvido, é provável que realmente poderíamos manter um sistema centralizado. Mas o nosso problema não é produzir mais automóveis e construir mais transamazônicas." (p.36)

"[...] é indiscutível que aproximar o poder de decisão e de controle sobre os processos de desenvolvimento, das pessoas que arcarão com o benefício ou o prejuízo, e que estão, portanto, diretamente interessadas nos resultados, constitui simplesmente boa visão administrativa." (p.37)

"De forma geral, a ordem de grandeza é que os municípios dos países em desenvolvimento controlam algo em torno de 10% do orçamento, e cerca de metade do orçamento nos países desenvolvidos. Nos países que funcionam, os recursos estão mais perto de onde as pessoas residem, e precisam de recursos públicos." (p.40)

"[...] a racionalidade econômica exige que as ações se apoiem nos mecanismos locais e participativos. É característico, neste sentido, que a conferência das Nações Unidas sobre os municípios e o meio ambiente tenha chegado à conclusão de que as políticas ambientais somente serão efetivamente implementadas quando as populações interessadas, município por município, decidam defender a sua qualidade de vida." (p.42)

"Desta forma, a ação local, apoiada por outras instâncias, está despontando como um complemento essencial das políticas de reequilíbrio que o país precisa dinamizar. Enfim e sobretudo, o espaço local permite uma democratização das decisões, na medida em que o cidadão pode intervir com muito mais clareza e facilidade em assuntos da sua própria vizinhança, e dos quais tem conhecimento direto." (p.43)

"Na realidade, é o conjunto do processo de tomada de decisão que precisa ser democratizado, aproximado da população, com uma revisão profunda da hierarquia de competências. Precisamos de um intenso esforço de abertura de espaços, de autonomia local, de renovação tecnológica, jurídica e social." (p.44)

Capítulo 7 - Buscando novos caminhos e propostas

"O espaço local está em plena transformação. Surge com a informática e a internet uma nova geração de inovações no plano das técnicas de gestão municipal. Pela primeira vez torna-se relativamente barato ter e manter sistemas de informação atualizados." (p.47)

“A própria forma de focar as finanças municipais está evoluindo, levando a novos sistemas jurídicos orientados para uma política ativa de redistribuição de renda, com o IPTU progressivo, que encontra forte resistência por parte da população mais rica, mas que é vital para ir gradualmente restabelecendo o equilíbrio, nesta “Casa Grande e Senzala” que são as nossas metrópoles, com dramáticos desequilíbrios entre centro e periferia.” (p.48)

“Mais importante ainda é a batalha pela transparência das contas municipais, que hoje podem ser disponibilizadas online para a cidade.” (p.48)

“Muitas regiões estão batalhando a flexibilização da Lei 8.666, de Licitações. Hoje, como resultado de uma iniciativa batalhada em particular pelo Sebrae, um município já pode contratar um conjunto de ações privilegiando as micro e pequenas empresas locais. A contratação local da merenda escolar, em particular, permite dinamizar a pequena produção hortifrutigranjeira local, escapando da grande rede de atravessadores que encarece os produtos e reduz a qualidade.” (p.49)

“De toda forma, o espaço local é um espaço em plena revalorização e em plena transformação. E devemos nos dotar dos instrumentos políticos, financeiros e de gestão correspondentes.” (p.51)

Capítulo 8 - Mercado, planejamento e outros

“[...] a empresa detém 85% do mercado e constitui, sem dúvida, um monopólio, mas reproduz ativamente o mercado para que os produtores de fumo exerçam a “livre competição” entre si. Reproduz-se assim a competição entre os pequenos e o mercado não “desaparece”, mas se desloca para um bolsão de atividades econômicas.” (p.54)

“Curiosamente, hoje, quando se fala em “os mercados”, o que se entende são os sistemas financeiros especulativos que dominam as nossas atividades econômicas – e frequentemente políticas.” (p.56)

“Todos hoje constatamos a necessidade do planejamento central, mas não como mecanismo universal.” (p.56)

“[...] resultam de decisões políticas e de estratégia econômica dos governos, baseadas em na análise de vocações privilegiadas e projeções de longo prazo, e não há nenhuma desregulação à vista nessa área.” (p.57)

“As corporações coordenam assim amplos espaços econômicos, segundo as suas necessidades de longo prazo, e administram as suas “pirâmides” produtivas, que hoje as Nações Unidas qualificam de “galáxias” econômicas.” (p.58)

“Englobamos aqui particularmente a política salarial, a política de preços, a política fiscal-orçamentária, a política de crédito e a política cambial.” (p.59)

“É uma política de renda definida que leva a que, no Brasil, fazer intermediação financeira seja muito mais remunerador do que, por exemplo, produzir feijão.” (p.59)

“Juros elevados significam que seja mais lucrativo fazer aplicações financeiras e especular com as poupanças de terceiros do que produzir.” (p.59)

“São os mecanismos modernos que reproduzem hoje a concentração de renda e a desigualdade que herdamos do passado.” (p.60)

“Precisamos de políticas nacionais que levem em conta as necessidades locais.” (p.60)

“Trata-se da descentralização, do planejamento municipal, dos diversos sistemas de participação das comunidades nas decisões do espaço de vida do cidadão e que dão corpo ao chamado “poder local”.” (p.63)

“Basta olharmos para os países com o melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do planeta: aí encontramos os países escandinavos, o Canadá e outros que se caracterizam por sistemas de democracia intensamente participativa.” (p.64)

“Somos sociedades demasiado complexas para soluções ideológicas simplificadoras, nas luta absurda que opõe privatização ou estatização, mercado ou planejamento.” (p.65)

Capítulo 9 - Enfoque da subutilização de recursos

“Defender os interesses do município é promover o desenvolvimento equilibrado, com uma base econômica variada, uma situação social mais justa. Trata-se de promover uma visão de longo prazo, entendendo-se que o município, o bairro, ou ainda um vale numa área rural, será o lugar de vida dos filhos, dos netos, a quem é preciso deixar algo melhor: é este problema que enfrentamos.” (p.67)

“Um bom exemplo é o do solo urbano: São Paulo, uma das quatro maiores metrópoles do mundo, tem 25% do seu solo vazio, aguardando valorização por esforço alheio, obrigando as pessoas a viver em bairros muito distantes ou em cortiços no centro, reduzindo a racionalidade do uso do recurso mais escasso da cidade.” (p.68)

“O uso racional dos recursos não pode aguardar apenas a “mão invisível”. Os recursos naturais, em particular, são não renováveis, ou renováveis a longo prazo (caso das florestas) ou ainda com custos elevadíssimos (caso da água poluída ou da terra esgotada).” (p.71)

“A subutilização da mão de obra constitui seguramente um dos principais problemas que enfrentamos, e a sua raiz se encontra em situações concretas em nível local.” (p.74)

“Descentralização e democratização, nesse sentido, são inseparáveis, e as forças políticas retrógradas terão de se adaptar, abrindo espaço para formas modernas de desenvolvimento. Em termos gerais, a política de recursos humanos, a sua modernização, melhor utilização, melhor formação e nível mais justo de remuneração devem constituir um eixo essencial de preocupação do planejamento local.” (p.77)

“Um município bem dotado em infraestruturas assegura que novos empreendimentos e as empresas existentes encontrarão uma série de condições básicas para funcionar de maneira mais eficiente, gerando o que os economistas chamam de “economias externas”. São externas à empresa, mas melhoram a produtividade sistêmica de todo o território.” (p.81)

“A necessidade desses vários níveis de regulação dos mecanismos financeiros resulta dos vários tipos de atividades econômicas que necessitam de financiamento. Não se coloca, portanto, a ideia de uma municipalização generalizada da atividade de intermediação financeira.” (p.87)

“Voltamos a insistir: uma administração municipal que se contente em tapar buracos de rua e ornamentar as praças não necessita de poder local nem de descentralização, e as propostas que aqui desenvolvemos são para uma visão mais ambiciosa, comprometida com o bem-estar da população, e com uma visão política do habitante-cidadão.” (p.89)

Capítulo 10 - Organizar a participação

“A participação da comunidade implica uma transformação da cultura administrativa, e um processo sistemático e trabalhoso.” (p.91)

“O poder local, como sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado implica, portanto, alterações na organização da informação, reforço da capacidade administrativa, e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade como na própria máquina administrativa.” (p.91)

“[...] é preciso dizer que não há modelo para a organização da participação comunitária.” (p.91)

“[...] a administração trazendo as suas propostas como poder constituído, a comunidade negociando os seus interesses com clareza. E não há fórmula predeterminada.” (p.92)

“[...] pontos de referência para uma ação organizativa. Esta deve se adaptar à realidade local e responder a um profundo conhecimento da dinâmica política do município.” (p.92)

“[...] ao ponto chave: por trás das formas organizativas delinea-se o grande objetivo de reinserir de forma digna, no desenvolvimento econômico e político, a população esmagada pelos modelos econômicos elitistas. Não há modernização possível sem este objetivo, [...]” (p.92)

“O essencial do problema é a democratização das decisões, para que possam corresponder às necessidades da população, e isso implica uma profunda descentralização.” (p.93)

“O protagonismo das mulheres, que passam a se empenhar no desenvolvimento adequado do contexto onde vivem, constitui uma das mais importantes fontes de transformação.” (p.94)

“Atividades que transformam as condições de vida da comunidade têm de ser consideradas de maneira ampla, recolocando-se a economia no lugar que é o seu — atividade meio — e nossas classes dirigentes passam pela participação popular nas decisões econômicas. [...] exige um sistema de informação efetiva do cidadão e instrumentos práticos de sua participação nas decisões. Um instrumento chave dessa participação é o planejamento descentralizado: propostas ordenadas e submetidas à comunidade significam a possibilidade de os indivíduos se pronunciarem antes das decisões serem tomadas, [...]” (p.94)

“Um avanço significativo da participação pode se dar através dos meios científicos e educacionais. De forma geral, pode-se pensar num centro de estudos municipais ou equivalente, que permita mobilizar as capacidades científicas locais em torno da resolução dos problemas básicos enfrentados pelo município e pela região.” (p.95)

“[...] pode-se promover uma reorientação parcial dos eventuais estudos universitários, incluindo no currículo das diversas faculdades ampla pesquisa da realidade local. Isto permite formar gente interessada na realidade do seu município, reduzindo a tendência para a emigração de quadros dinâmicos, [...]” (p.96)

“[...] efeito significativo a integração da informação produzida pelas autarquias do Estado: o IBGE local, as empresas de telefone e de energia, as delegações ministeriais como a de agricultura e outras, produzem informações significativas sobre a região e o município. Essas informações são geralmente utilizadas para preparar publicações e estudos de âmbito nacional e não estão sendo suficientemente utilizadas para promover a compreensão dos problemas locais de desenvolvimento pela própria comunidade. Um outro nível de organização da participação se baseia numa correta divisão espacial do município.” (p.97)

“Os diversos organismos de participação municipal podem ser coordenados através de um tipo de conselho de desenvolvimento municipal que reuniria os grupos organizados representativos.” (p.99)

“A ideia de manter a economia centralizada para evitar o reforço do caciquismo, entretanto, ignora em geral um dado básico: as principais forças econômicas locais são justamente as que têm poderosas ramificações em direção aos centros econômicos do país e do exterior.” (p.100)

“Em consequência, a atribuição de maiores recursos ao município e a organização da participação da comunidade nas decisões sobre as formas de sua utilização, constituem a melhor política para limitar o

poder centralizador dos grandes grupos econômicos, e para adequar o desenvolvimento às necessidades da população, gerando processos locais mais democráticos.” (p.100)

“O poder local, com os seus instrumentos básicos que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu as suas provas e é, sem dúvida, o grande recurso subutilizado no país.” (p.103)

REFERÊNCIA

DOWBOR, L. *O que é poder local?* Imperatriz, MA: Ética, 2016.